

Uma saúva que perdeu todos os seus inimigos

Papageno II, Jane Lewis

Mergulhamos fundo na "nuvem hipócrita" em que todos ficaram muito amigos da esquecida e abandonada escola pública. Isolada, com orçamentos ridículos, esquecida como laboratório do futuro

LEONARDO TREVISAN

A educação brasileira vive, há anos, curiosa situação: assim como a saúva, ela também perdeu todos os seus inimigos. Por acaso, alguém conhece alguém que ainda bate no peito e brada à lá Saint-Hilaire: "Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil"? Pois bem, a educação brasileira está na mesma situação da brava formiga que, com o passar do tempo, perdeu todos os seus inimigos. Ninguém mais é inimigo declarado da educação. Nem mesmo no

último dos grotões brasileiros existe mais aquele "coronelão do sertão" achando que seus colonos "não precisam de escola" e sim de enxada para o roçado. Isso acabou. Todos, absolutamente todos, políticos, empresários, da elite rica ao pobre mais carente, todos não perdem oportunidade de saudar a escolaridade formal como a

única porta para o País encontrar um futuro bem feliz. Em tempo, ninguém esquece de louvar o trabalho dos professores; nos últimos tempos, então, tudo ficou ainda mais curioso: nem mesmo quem lhes paga salários não deixa de afirmar que eles ganham mal, muito mal. Enfim, somos um País engalfinhado na disputa de quem é mais amigo da educação. Em especial a pública, é claro.

O único problema é que apesar de tantos amigos a educação brasileira é o que é. Chega a ser monótono oferecer o mais recente resultado de pesquisa provando o fundo do poço da nossa ignorância coletiva. Todo mundo sabe disso; o arco de fracassos do assim chamado sistema escolar brasileiro abrange desde a reconhecida quantidade da clientela visivelmente despreparada, apesar do diploma, como também do ponto chave para a operação do dito sistema escolar: o professor e suas muitas misérias. E, não estamos falando da clientela visada pelo novo exame final para o terceiro grau e sim da impressionante quantidade de adolescentes, com 1º grau concluído, capazes apenas de desenhar o próprio nome, como a pesquisa do TSE se incumbiu de provar. Quanto aos docentes, há pelo menos três anos já deixou de ser dado estatístico, para ganhar ares de senso comum, que ninguém mais quer ser professor. Tolice repetir por quê; as razões do abandono ou da recusa pela escolha do ofício todos conhecem.

Investigar os motivos desse paradoxo, de quem com tantos "amigos" precisa procurar outro jeito para sobreviver, não é exercício acadêmico e sim reconhecimento de séria opção política. Como negar que nos últimos trinta anos o tijolo e o cimento foram mais importantes do

que o doente e o aluno? Foi uma opção de gestão dos recursos públicos. Nada mais. É verdade que opções provocam resultados; a mais visível consequência desse tipo de gestão do dinheiro dos contribuintes brasileiros nas últimas décadas, no caso da educação, foi o quadro de horrores que já está até banalizado pela extrema exposição na mídia. O resultado invisível dessa opção, no entanto, foi uma espécie de *nuvem hipócrita* que dificulta entender bem como entramos nesse paradoxo; e, portanto, se é difícil entender como entramos, é mais difícil ainda encontrar a porta de saída. Como negar que, quando a concentração industrial produziu explosão demográfica, exatamente aí, deixamos de ter uma política de sentido social? O Brasil dividiu-se educacionalmente entre a escola "dos meus filhos" e a escola dos "filhos dos outros". E os que tinham qualquer recurso passaram a outorgar a tarefa de

educar os "nossos filhos" (e, por que não tratar os "nossos doentes") para a iniciativa privada.

Quem não era cego percebeu o risco dessa escolha de entregarmos a interesses privados a tarefa de igualar oportunidades sociais. Era um suicídio, em termos de projeto nacional que pretendesse organizar democraticamente o futuro. O resultado invisível da opção foi a banalização da idéia de escola. Exatamente como previam os progressistas, os liberais e os conservadores, empedernidos, mas sensatos. Por esse motivo, quando se pretendeu reformar a educação nacional no mesmo lado da mesa (nas Jornadas em Defesa da Escola Pública), sentaram-se Julio de Mesquita Filho e Florestan Fernandes, por exemplo, entre outros, muitos outros. Tudo o que os apenas sensatos defendiam, no início dos anos 60, era que o parâmetro de qualidade da educação brasileira deveria ser a escola pública. O que deveria ser bom, era essa escola. Nenhum dos países ditos industrializados seguiu outro caminho.

O Brasil preferiu outra história para sua educação e desenvolveu duas *escolas*; uma para "nossos filhos" e outra para os "filhos dos outros". E, mergulhamos fundo na "nuvem hipócrita" em que todos ficaram muito amigos da esquecida e abandonada escola pública. Isolada, com orçamentos ridículos, esquecida como laboratório do futuro, a escola pública apenas respira se debatendo em trágica agonia. E decididamente não cumpre sua principal função: igualar oportunidades sociais. Um trabalho muito pouco mencionado do professor José Pastore, sobre mobilização social, mostra que em 1973, 47% dos estudantes com ciclo de escolaridade fundamental concluído tinham mobilida-

de ascendente e apenas 11,3% mobilidade descendente; em 1988, feita a nossa opção pela *nuvem hipócrita*, dos estudantes com 1º grau concluído, 37,4% tinham mobilidade ascendente e, impressionantes, 27,3% despencavam na escala social, apesar da escola! Ou seja, em 15 anos quase três vezes mais dos nossos jovens tinham uma vida pior que a de seus pais, mesmo tendo concluído a trajetória escolar mínima e obrigatória. Há algo de errado, de muito errado com nosso modelo escolar. Ou, alguém duvida que uma atualização do estudo do professor Pastore mostre um quadro ainda mais aterrador?

Dizer que a educação brasileira não cumpre suas funções por falta de escola, de prédio escolar, é falácia que nem mesmo dono de empreiteira consegue repetir com alguma fé cênica. Atualmente, voltou a moda de repetir que nosso problema educacional básico é falta de dinheiro. Será? No começo desta semana foi divulgado o planejamento político e estratégico do Ministério da Educação. Nele se pode ler que o orçamento total do MEC neste ano é de R\$ 8,2 bilhões; destes, 20% estão destinados à escola básica (R\$ 1,7 bilhão), 6,1% ao ensino médio (R\$ 500 milhões) e 60%, redondos para o ensino de 3º grau e hospitais universitários, com os últimos quase 14% para pagamento de pessoal do ministério. Apressadamente se pode identificar nesses números grave distorção, que efetivamente existe. Com um problema: constitucionalmente a responsabilidade do custo do ensino básico é prioritariamente municipal. Aqui comecem todos os problemas e as "soluções" também.

O município reconhecido como mais pobre do Brasil, Nossa Senhora dos Remédios, no Piauí, tem folha de pagamento de R\$ 23.198,00; como arrecadou R\$ 123,09, a diferença é coberta pela Fundo de Participação dos Municípios. N. S. dos Remédios paga R\$ 15,00 para uma de suas seis educadoras. Por quê? Se recebe mais de R\$ 23 mil por que paga tão pouco? Se a professora recebe isso, é fácil imaginar o empenho dos dirigentes da cidade mais pobre do Brasil com as demais despesas inerentes à educação. Isso é assim porque é uma decisão do poder local; apenas isso! Que o poder maior na República permite e abençoa. A crise da educação brasileira é uma questão de recursos ou do tipo de decisão que se toma com os recursos que se tem? Alguém duvida que os representantes do poder público de N. S. dos Remédios não são amigos da educação pública? Para mudar isso seria preciso, por exemplo, que os amigos do "amigo nº 1" da escola pública de N. S. dos Remédios pressionassem para que os recursos recebidos do Fundo de Participação que, enfim, é constituído pelo dinheiro de todos nós, tivessem outro fim. Com as atuais condições de temperatura e pressão do Congresso quantos apostariam que os amigos maiores de todos os *amigos* da educação pública deste País farão alguma força para que tanta "amizade" se transforme em serena mudança nos rumos do ensino público brasileiro?

■ Leonardo Trevisan é editorialista do Estado



Como negar que nos últimos anos, tijolo e cimento foram mais importantes do que o doente e o aluno?